

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Aline Gabrielly Siqueira Dos Santos

**INCLUSÃO ESCOLAR E CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

BAURU

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Aline Gabrielly Siqueira dos Santos

**INCLUSÃO ESCOLAR E CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Educação da Faculdade de Ciências, da
Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Bauru, como parte dos requisitos para
obtenção do título de licenciada em
Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra.
Rita Melissa Lepre.

BAURU

2023

Santos, Aline Gabrielly Siqueira dos.

Inclusão escolar e construção de valores morais: uma
revisão sistemática de literatura / Aline Gabrielly
Siqueira dos Santos, 2023

50 f. : il.

Orientadora: Rita Melissa Lepre

Monografia (Graduação) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências, Bauru, 2023

1. Inclusão escolar. 2. Educação em valores morais.
3. Convivência. I. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências. II. Título.

Aline Gabrielly Siqueira dos Santos

**INCLUSÃO ESCOLAR E CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Educação da Faculdade de Ciências, da
Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Bauru, como parte dos requisitos para
obtenção do título de licenciada em
Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra.
Rita Melissa Lepre.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rita Melissa Lepre – orientadora
Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru

Prof. Me. Eduardo Silva Benetti
Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru

Prof. Me. Vilma Aparecida Bianchi
Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru

BAURU

2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar a chance de poder viver este momento e por me proporcionar estar ao lado das pessoas que amo, sigo aceitando e agradecendo aos planos que são d'Ele.

Aos meus pais Edson e Gleice expresso a minha gratidão por uma vida toda, por sonharem os meus sonhos, por terem me proporcionado a educação que tenho hoje e por me incentivarem a sempre ter objetivos para seguir.

Ao meu irmão Miguel, por me motivar com o seu carinho e amor diário, sendo um combustível para seguir adiante.

A minha avó Maria, meu tio Edvaldo e demais familiares pela preocupação e participação em cada fase da minha vida.

Ao meu namorado João Pedro por todo o apoio, compreensão, carinho e incansáveis conselhos, além das leituras infinitas, é claro.

A minha amiga Raquel por me incentivar a não desistir e viver este processo junto comigo. Às minhas amigas Natália, Nínive e Malu, por me acompanharem durante toda a graduação tornando tudo mais leve.

A todo o corpo docente pelo acolhimento, partilhas de conhecimento, vivências e preocupações. Um agradecimento especial à professora Thais Tezani pelo oferecimento da disciplina optativa de Trabalho de conclusão de curso, essencial para a compreensão das etapas de pesquisa, encaminhamento do processo e motivação para a elaboração.

E, por fim, agradeço à minha querida orientadora Rita Melissa Lepre por todo carinho, acompanhamento e correções, servindo para mim como um exemplo de pessoa e profissional.

EPÍGRAFE

“O que vemos muda o que sabemos. O que sabemos muda o que vemos.”

(Jean Piaget)

SANTOS, Aline Gabrielly Siqueira dos. **Inclusão escolar e construção de valores morais**: uma revisão sistemática de literatura. Orientadora: Rita Melissa Lepre. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

RESUMO

Este estudo busca identificar e analisar, na produção científica nacional de 2013 a 2022, artigos que relacionem os temas educação inclusiva e educação em valores, buscando constatar se o convívio com a inclusão em um ambiente escolar contribui para uma educação em valores morais. A pesquisa foi realizada mediante uma revisão sistemática da literatura, na qual teve como procedimento a formulação da pergunta de pesquisa, localização, seleção e análise dos artigos retirados das bases de dados: Scielo, BVS, Pepsic, BDTD e do buscador Google acadêmico. Foram localizados 327 artigos, que após as etapas de exclusões baseadas em critérios, reduziram para sete estudos, formando o corpus da revisão. Por meio da análise dos resumos e, posteriormente, dos textos na íntegra, concluiu-se que há uma relação entre o convívio inclusivo e o desenvolvimento de valores morais, sendo os sujeitos passíveis de mudanças atitudinais ao serem educados moralmente e aproveitarem do momento de interação para aprender a lidar com as diferenças, evitando o desenvolvimento de preconceitos. Como parte dos resultados são sugeridas pesquisas futuras que visam comparar ambientes inclusivos e não inclusivos para evidenciar ainda mais as relações com a formação de atitudes/valores/moralidade.

Palavras Chave: Inclusão escolar; Educação em valores morais; Convivência.

ABSTRACT

This study seeks to identify and analyze, in the national scientific production from 2013 to 2022, articles that relate the themes of inclusive education and education in values, seeking to verify whether living with inclusion in a school environment contributes to an education in moral values. The research was carried out by means of a systematic literature review, which involved formulating the research question, locating, selecting and analyzing the articles taken from the Scielo, BVS, Pepsic, BDTD and Google Scholar databases. A total of 327 articles were located, which after the exclusion stages based on criteria, were reduced to seven studies, forming the corpus of the review. By analyzing the abstracts and then the full texts, it was concluded that there is a relationship between inclusive living and the development of moral values. Subjects are susceptible to attitudinal changes when they are educated morally and take advantage of the moment of interaction to learn to deal with differences, avoiding the development of prejudices. As part of the results, future research aimed at comparing inclusive and non-inclusive environments is suggested in order to further highlight the relationship with the formation of attitudes/values/morality.

Key words: School inclusion; Education in moral values; Conviviality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de delimitações para inclusão e exclusão de artigos na revisão sistemática.....	31
Figura 2 – Sequência lógica de exclusão e inclusão de artigos.	32
Figura 3 – Sistematização dos aspectos analisados na revisão	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de checagem PRISMA 2020 para resumos.....	28
Quadro 2 – Combinação de descritores para formação dos termos de busca.....	30
Quadro 3 – Artigos incluídos na revisão sistemática	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantificação de artigos em cada base de dados conforme as categorias.	32
Tabela 2 – Quantificação de artigos em cada base de dados conforme as categorias, considerando o Google acadêmico.	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Panorama geral da inclusão escolar	16
2.2	Considerações sobre o desenvolvimento de valores morais	19
2.3	O desenvolvimento de valores morais atrelado à inclusão escolar	22
3	METODOLOGIA	27
3.1	Caracterização da abordagem	27
3.2	Processo de elaboração	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
4.1	Síntese dos artigos incluídos na revisão	35
4.2	Análise e discussão	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A idealização deste trabalho de conclusão de curso, se deu a partir das observações feitas em uma turma de 3º ano do ensino fundamental durante o estágio não obrigatório, realizado em uma escola privada localizada em uma cidade de porte médio no interior do estado de São Paulo. Por meio desta vivência, ocupando a função de estagiária facilitadora da educação inclusiva, foi possível observar o convívio entre alunos com e sem deficiência, este contexto diverso incitou problematizações quanto às influências da convivência e da inclusão escolar no desenvolvimento de valores morais, pressupondo que existam produções científicas que visam explicitar essa relação.

Durante muitos anos a escola foi estruturada para atender um público específico, que em sua maioria não representava toda a diversidade existente na sociedade. No que se refere às pessoas com deficiência, em nossa sociedade perpassamos pelas fases de exclusão, segregação, integração e no momento luta-se pela total inclusão. Diante desse percurso histórico, a inclusão escolar segue sendo um tema recorrente entre pesquisadores (Costa *et al.*, 2016; Monteiro, 2019), isto porque, conforme há o aprofundamento acadêmico também há o desenvolvimento de novas intervenções em busca de suprir as necessidades encontradas.

Outro fator importante a ser considerado são as políticas de educação inclusiva, que asseguram legalmente o direito das pessoas com deficiência nas escolas, resultando em um maior contingente de alunos público-alvo da educação especial ocupando os espaços escolares e ganhando visibilidade. Apesar do asseguramento legal, não existem garantias de que os alunos se sintam pertencentes à escola e se desenvolvam cognitivamente, social e afetivamente, visto que dependem das ações de terceiros em seu convívio.

Tendo em vista a importância do contexto escolar, cresce também o número de produções científicas relacionadas à formação e desenvolvimento de valores morais nas escolas, bem como a influência das abordagens docentes sob o ambiente sócio moral. Indubitavelmente, um dos espaços de maior importância para a construção da moralidade, depois da família, é a escola. Este local, além de ser responsável por transmitir conhecimentos, é dedicado à formação do cidadão, ou seja, implica também na formação moral do aluno. Sendo um dos primeiros espaços de

acesso à diversidade, regras e socialização, o ambiente escolar é então fundamental para este desenvolvimento.

Diante disto questiona-se: o convívio com a inclusão em um ambiente escolar contribui para uma educação em valores? O que os estudos têm produzido sobre a relação entre essas temáticas? Acreditamos que esta pesquisa seja pertinente, pois a partir desta revisão será fomentada a realização de novas pesquisas, suscitando aperfeiçoamentos na prática docente. Se evidenciadas as contribuições do convívio, a inclusão pode representar não somente o cumprimento de um direito legal, mas uma oportunidade de mudança na formação de atitudes dos pares envolvidos, desde que reconhecidos os potenciais para tal.

Neste sentido, este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral identificar e analisar artigos científicos, publicados entre 2013 a 2022 que abordavam a relação entre os temas educação inclusiva e educação em valores, com vistas ao desenvolvimento de valores morais, a partir das vivências inclusivas. Como objetivos específicos, definimos: conhecer a produção científica brasileira que relaciona os temas “Educação Inclusiva e Educação em Valores” e propor possíveis pautas para novas investigações científicas sobre o tema, visando contribuir com esta área do conhecimento.

No capítulo sobre a fundamentação teórica expomos um panorama geral sobre a inclusão escolar, perpassando por acontecimentos históricos que corroboraram com a nossa conjuntura atual. Apresenta-se também as barreiras que permeiam a inclusão, demonstrando como se dão as relações no âmbito educacional segundo o confronto entre as expectativas e realidades. Por conseguinte, são explicitadas as conquistas legais voltadas às pessoas com deficiência e ao público-alvo da educação especial. Também abordamos o desenvolvimento dos valores morais e as noções de moral e ética para que seja compreendida a definição do que são e como se desenvolvem durante a vida do sujeito. Além disso, são evidenciadas também as influências da escola como uma instituição formadora dos sujeitos. Por fim, são expressas as correlações entre o ambiente escolar e o desenvolvimento valorativo, com foco nas possibilidades de ações. Destaca-se a influência das barreiras atitudinais e dos preconceitos nas relações, partindo do conceito de normalidade e anormalidade. Ademais, destacamos a importância de existir uma educação pautada na diversidade, bem como os valores morais possíveis de serem desenvolvidos na escola. Para a constituição da fundamentação teórica a respeito da inclusão, esta

pesquisa teve como base as produções científicas dos autores Amaral (1998), Capellini e Mendes (1995), Costa *et al.* (2016), Marchese (2002), Monteiro (2019), Netto *et al.* (2018) e Victor, Drago e Chicon (2013). Por conseguinte, para descrever a respeito da educação e desenvolvimento de valores, foram utilizados os estudos de Araújo, Puig e Arantes (2007), Batista e Enumo (2004), La Taille (2009), Lepre (2019), Menin (2002), Monteiro (2019), Piaget (1973, 1994) e Vinha e Tognetta (2009).

No capítulo referente à metodologia são feitas as caracterizações de uma revisão sistemática de literatura, transcorrendo sobre as etapas básicas para a sua elaboração e os parâmetros delimitados pelo protocolo PRISMA, sigla que na tradução para o português se refere aos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises. Na sequência, evidencia-se as etapas de escolha dos descritores, a pergunta de pesquisa, as bases de dados utilizadas, bem como os operadores lógicos (booleanos), ademais, são expostas representações esquemáticas para explicitar os critérios de inclusão e exclusão de artigos utilizados na revisão, além da exposição dos processos de produção e quadros dos resultados encontrados.

No capítulo sobre os resultados e discussões, são apresentados os produtos da pesquisa realizada nas bases escolhidas, sendo descritas as suas temáticas, metodologias, conceituações, considerações e resultados encontrados. Na seção referente às discussões, são realizadas comparações entre os artigos, buscando compreender onde se assemelham e onde se diferenciam, analisando-se também de qual modo estes estudos podem agregar à pergunta de pesquisa.

Por fim, nas considerações finais é possível obter uma visão geral do trabalho desenvolvido, retomando os objetivos e os processos realizados, a fim de concluir se esta revisão sistemática de literatura alcançou os propósitos pelo qual foi desenvolvida, aproveita-se também para fazer contribuições ao tema, sugerindo pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Panorama geral da inclusão escolar

Para compreender como alcançamos a inclusão escolar na sociedade atual, precisamos rememorar como ocorreu este processo inclusivo na história da humanidade. De acordo com Blanco (2003 *apud* Silva Neto *et al.*, 2018), existem quatro fases que marcaram o processo histórico das pessoas com deficiência, sendo elas: fase da exclusão, segregação, integração e inclusão. Todas essas fases foram conduzidas de acordo com as ideologias dominantes, por ora ligadas ao modo de produção, religião, costumes ou cultura, o pensamento dominante passou a conduzir o modo como as pessoas com deficiência se posicionavam em relação à sociedade.

Anterior ao século XIX, conforme os apontamentos de Silva Neto *et al.* (2018), têm-se registro de que em algumas sociedades antigas havia a eliminação de qualquer criança cujo as características fugiam dos padrões de normalidade determinadas por eles, ou seja, a prática do infanticídio era normalizada, visto que as crianças que possuíam algum “defeito” não eram consideradas úteis para a sociedade e tampouco participantes dela, conforme Pessoti (1984, p. 03 *apud* Marchese, 2002, p. 24) descreve:

De todo modo, é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia.

Com o passar dos anos, a igreja passou a atuar como principal instituição influente nas decisões humanas, considerando então que as pessoas “anormais” eram fruto de maldições, pecados ou causas sobrenaturais, passando a serem escondidas, demonizadas ou sacrificadas, mesmo que a Igreja condenasse tais atos. Mediante ao avanço da ciência e consequentemente da mentalidade da população, as pessoas com deficiência passaram a ser tratadas de forma patológica, sendo isoladas em orfanatos, manicômios e demais instituições, onde ficavam misturados os doentes, deficientes físicos e mentais (hoje denominados deficientes intelectuais).

Logo após este período, foi iniciado a fase de segregação, onde as pessoas com deficiência (PCD) passaram a serem vistas dentro da sociedade, porém ainda na perspectiva de que precisavam ser tratadas e isoladas (Patologização), ficando separadas dos demais de acordo com a realização de testes psicológicos. Nessa conjuntura, a educação especial desponta como uma alternativa a esse público,

surgindo assim as instituições educativas especializadas, responsáveis por cuidar de deficiências específicas, como: visual, auditiva, física e intelectual. Com a chegada dessa nova fase, surgem então os institutos e associações, como o Instituto Imperial dos Meninos Cegos (1854), Instituto Pestalozzi (1926), Instituto de Cegos Padre Chico (1928), a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD-1950), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE- 1987), dentre outros.

Em meados do século XX tivemos o paradigma da integração, nele as pessoas com deficiência podiam estar em espaços diversos, participando da socialização, escolarização e profissionalização, isto, porém exigiu que houvesse uma adaptação àquela realidade, seja por meio de reabilitação, medicalização ou demais tratamentos médicos. No âmbito escolar, estes alunos frequentavam o ensino regular, sendo de sua total responsabilidade os avanços ou prejuízos na aprendizagem. Segundo Costa *et al.* (2016, p. 06):

A integração total na classe comum só era permitida para aqueles alunos que conseguissem acompanhar o currículo ali desenvolvido, Como era praticamente impossível de se acontecer, retornavam a uma escola especializada, frustrando a proposta de integração educacional e social. Esse processo impedia que as pessoas com NEE alcançassem um nível melhor de estudo. Aumentando assim o preconceito e a rotulação.

Após todos esses anos, chegamos ao momento em que se pretende alcançar a inclusão total, nesta fase preconiza-se a real inserção das pessoas na sociedade, de modo que todas as instituições sociais e os participantes presentes nela se tornem responsáveis por auxiliar no processo inclusivo, realizando uma mobilização para atender às necessidades e especificidades de cada indivíduo de modo equitativo, visto que independentemente da presença ou não de uma deficiência somos seres plurais e diversos.

Compondo as conquistas advindas do paradigma da inclusão, não podemos deixar de citar a Declaração de Salamanca (1994), documento formulado através da Conferência Mundial sobre Educação Especial. Por meio dele, a educação inclusiva passou a ser conceituada na perspectiva de uma educação para todos, considerando para além do público alvo da educação especial, os alunos de diferentes etnias, nacionalidades e classes sociais. Foram abordados também os princípios, as políticas e práticas a serem desenvolvidas pelos diversos países interessados em comprometer-se.

[...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais

dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (Declaração de Salamanca, 1994, p. 01).

No Brasil temos como principal garantia legal, para além da Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, instituída em 06 de julho de 2015. Por meio dos aspectos legais adquiridos, torna-se possível a exigência e garantia dos direitos, auxiliando não só na inserção como na permanência desses indivíduos em todos os espaços sociais. Cabe deixar claro aqui, que ainda não alcançamos totalmente a inclusão em todas as esferas, porém se comparado aos anos anteriores temos um expressivo avanço.

Como reflexo dessas políticas, fica evidente uma maior preocupação com a parte urbanística, cultural, empregatícia e educacional. Segundo dados de 2010 divulgados por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), o Brasil possuía em torno de 9 milhões de pessoas com deficiência nas idades entre 18 e 64 anos, de acordo com um levantamento do sistema e-Social do ano de 2008 a 2022, o número de pessoas com vínculo empregatício subiu de 189.122 para 441.335, representando um aumento significativo (Agência gov., 2023). No ambiente escolar, têm-se que “O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns, tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino” (INEP, 2021, p. 37).

A respeito da esfera educacional, Costa *et al.* (2016, p. 08) pontua:

O modelo da educação inclusiva é a expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças. Não como obstáculo, e sim como características de todo ser humano e intrínseco de cada um. Porém, a aproximação do ensino regular ao especial é historicamente complexa, necessitando ser continuamente investigada a fim de responder às expectativas dessa união.

As barreiras impostas às pessoas com deficiência vão muito além de impedimentos ligados à acessibilidade, estão relacionadas à parte comunicacional, urbanística, metodológica, tecnológica, atitudinais e também aos transportes. Com a inclusão em pauta, todo o sistema educacional viu-se obrigado a realizar adequações curriculares, estruturais, metodológicas e quaisquer outras que fossem necessárias para garantir a inclusão, entretanto, ainda temos registros do distanciamento que há entre os aspectos legais e a realidade vivida.

Dentre as barreiras existentes para a efetivação da inclusão, atemo-nos às atitudinais, estas são constituídas por atitudes e comportamentos de caráter preconceituoso, o qual geram um impedimento à participação social das pessoas com

deficiência, culminando também no desenvolvimento de outras barreiras. As escolas, sendo uma amostra da sociedade, permitem com que sejam observadas as atitudes influentes nas relações sociais, tanto de modo positivo quanto negativo, perceptíveis desde a prática pedagógica até as relações entre alunos e professores.

Pressupõe, portanto, que a prática pedagógica admita e respeite diferentes formas e ritmos de aprendizagem e utilize outras maneiras de ensinar. Portanto, exige a valorização e a criação de condições para a emergência de propostas educacionais que mudem valores, normas e atitudes instituídas nos sistemas de ensino (Victor; Drago; Chicon, 2013, p. 18).

Considerando as barreiras atitudinais como parte das dificuldades enfrentadas dentro do sistema educacional, ao falar de inclusão estamos falando diretamente do desenvolvimento de valores inclusivos permeando as relações, os quais veremos mais a fundo na próxima subseção.

2.2 Considerações sobre o desenvolvimento de valores morais

Tendo em vista a importância do desenvolvimento dos valores morais para a vida em sociedade, iniciaremos explicitando sob a perspectiva piagetiana e demais obras que fundamenta, a definição de moral, a definição de valores, como se constroem, suas relações com o contexto e as implicações no meio educacional.

Em 1916, Jean Piaget deu início aos estudos a respeito do juízo moral, divulgando suas constatações em 1932, com a publicação do livro intitulado “O juízo moral na criança”. Neste livro, foram descritas suas pesquisas sobre o desenvolvimento da consciência e prática das regras morais, realizadas entre meninas e meninos. Os resultados foram obtidos através da observação das práticas de jogos, como pique e bolinha de gude. Além da análise por meio da observação, foram realizados interrogatórios com crianças de diferentes faixas etárias e gêneros a respeito das situações e regras dos jogos (método clínico crítico).

Se desejamos compreender alguma coisa a respeito da moral da criança, é, evidentemente, pela análise de tais fatos que convém começar. Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras (Piaget, 1994, p. 23).

Com base nas análises de Piaget, tem-se que moral é, portanto, um conjunto de regras, costumes, crenças e modos de pensar que se desenvolvem durante toda a vida do sujeito, auxiliando-o na distinção entre o certo e o errado. Vale ressaltar a relação *sine qua non* entre a moral e a interação do sujeito com os meios culturais e sociais. O desenvolvimento da moralidade perpassa também – sob essa ótica – por uma sequência de posições nomeadas de: anomia, heteronomia e autonomia.

Nos primeiros anos de vida, o sujeito encontra-se em um estado de anomia, sendo incapaz de compreender a importância e existência de regras, simplesmente ignorando-as. Conforme ocorre o desenvolvimento infantil e inserção no mundo, as regras vão sendo impostas tanto pela família quanto pelos demais, o indivíduo torna-se então heterônomo. Isso significa que o cumprimento das regras ocorre principalmente por meio do respeito aos genitores e figuras de autoridade, ou por medo das responsabilizações (moral por dever), não significando que haja consciência das regras. Neste momento de heteronomia, a criança tenta reproduzir as ações dos mais velhos seguindo um sistema de regras, entretanto, sente vontade de alterá-las de acordo com os interesses próprios.

A partir do momento em que o sujeito é capaz de compreender o porquê das regras e como se estabelecem, passa a desenvolver a autonomia, na qual não há mais o cumprimento por imposição, mas sim por compreensão da importância das regras, fazendo-as por vontade própria de acordo com suas concepções (moral do bem). Além disso, na autonomia, o sujeito é capaz de auxiliar na elaboração das regras e repassar aos demais. Salienta-se que tais ações são resultado também de um amadurecimento e desenvolvimento intelectual, não significando que todos os indivíduos alcancem plenamente a autonomia moral, tornando-se necessária a vivência de situações de cooperação e respeito mútuo para que essa construção se efetive.

Compreendidos os aspectos relacionados à moral, têm-se que os valores são aqueles que fundamentam a moralidade, ou seja, por meio dos valores que as relações sociais e culturais dos indivíduos são permeadas, estes orientam os modos de ser e agir com os outros e consigo mesmo. Os valores morais, diferentemente dos valores de outras naturezas, como os utilitários, técnicos e estéticos, ajudam-nos a definir o que é bom e justo, visando uma convivência que seja harmoniosa, condição indispensável para a manutenção das relações e da ordem. Dentre os valores mais importantes podemos citar a justiça, bondade, solidariedade, cooperação, empatia e respeito.

Mas como se constroem os valores? Os valores são desenvolvidos por meio das interações entre os sujeitos e as realidades, quanto mais amplo forem as relações de trocas, reflexões e pontos de vista, maiores serão as possibilidades de exercício e construção valorativa, portanto, desconsidera-se como uma opção a imposição de valores com caráter doutrinários e coercitivos, pois estes não estimulariam a

consciência, criticidade e reflexão sobre o valor que está sendo apresentado, afastando também de uma estimulação à autonomia. Quanto a isso Menin (2002, p. 97) afirma:

É como se, em moral, meios e fins fossem iguais: não se ensina cooperação como um valor sem a prática da cooperação, não se ensina justiça, sem a reflexão sobre modos equilibrados de se resolverem conflitos; não se ensina tolerância sem a prática do diálogo.

Cientes da importância das relações no desenvolvimento e construção dos valores, quão oportuno pode ser o ambiente escolar para tais práticas? A escola, tratando-se de uma segunda instituição formativa depois da família, assume, portanto, uma responsabilização pela formação cidadã, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 205) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”, compreende-se aqui que a formação cidadã é composta também pela formação moral e valorativa. Isso posto, a escola estando voltada ao propósito de comprometer-se com a educação moral, pode juntamente à família alcançar êxito neste processo.

Na realidade, não é apenas um ou outro fator isolado (família, traços de personalidade, escola, amigos, meios de comunicação etc.), mas o conjunto deles que contribui nesse processo de construção de valores morais. Será durante a convivência diária, desde pequena, com o adulto, com seus pares, com as situações escolares, com os problemas com os quais se defronta, e também experimentando, agindo, que a criança irá construir seus valores, princípios e normas (Vinha; Tognetta, 2009, p. 03).

No entanto, há que se considerar igualmente o sujeito como um ser ativo nas relações de interação. Conforme afirma Araújo, Puig e Arantes (2007), é por meio da ação do sujeito que em um mesmo contexto duas pessoas podem construir valores distintos, desse modo entende-se que não há uma simples internalização, dependendo então da projeção que o sujeito faz sobre um valor para internalizá-lo ou descartá-lo. Após internalizados, esses valores passam a integrar um sistema, o qual influi sobre as ações do indivíduo através da consciência.

A partir das contribuições de Piaget, os estudos ligados aos valores morais passaram a se tornar uma temática cada vez mais discutida e pesquisada nos meios acadêmicos, cuja abordagem e resultados levam em consideração o contexto de cada época. Portanto, têm-se que os valores morais referentes à vida social são construídos de acordo com o que é convencionalizado em sociedade, podendo assim,

permitir que determinados valores anteriormente considerados essenciais, deem lugar a outros.

Isto quer dizer que uma criança de sete anos, de nove anos, ou doze anos etc., terá no século XX outras ideias sobre o movimento, a velocidade, o tempo, o espaço etc., que não tinham crianças da mesma idade no século XVI (quer dizer, antes de Galileu e Descartes), no século X antes de nossa era etc. Isto é evidente, e tal fato evidencia o papel das transmissões sociais educativas (Piaget, 1973, p. 27).

Mediante ao contexto educacional o qual estamos inseridos, quais seriam os valores necessários a serem construídos através da educação em valores ? Como a educação poderá contribuir para a aquisição de valores relacionados à inclusão escolar ?

2.3 O desenvolvimento de valores morais atrelado à inclusão escolar

Hodiernamente há uma expressiva mudança no cenário escolar brasileiro, as escolas recebem um público significativamente mais heterogêneo, com crianças de diferentes níveis socioeconômicos, formações familiares, etnias, transtornos e deficiências, perdendo a seletividade que outrora possuía. Tais mudanças exigiram um novo posicionamento e estruturação da educação, visando uma educação para a diversidade, ou, educação na diversidade.

A educação na diversidade está preocupada com esses valores, isto é, com a relação respeitosa e solidária entre pessoas, chamando a atenção em especial, para o exercício da convivência com as diferenças. Em outras palavras, educar na diversidade é ensinar e aprender junto com os alunos a conviver com pessoas, destacando nossas diferenças físicas, sociais e culturais (Cardoso, 2014, p. 3-4).

Cabe ressaltar que a Educação moral é aquela cujo foco está em promover o desenvolvimento e construção de valores morais, estando eles relacionados a diversos aspectos da interação social. Por outro lado, a Educação para a diversidade – como expresso neste capítulo – se relaciona muito mais ao desenvolvimento de valores ligados à convivência com a diversidade, seja ela expressa por uma diferença étnica, cultural, religiosa, financeira, física ou intelectual.

Sandrelena Monteiro, em seu artigo “Diferenças, alteridade e construção de valores inclusivos” (2019), partindo das bases conceituais desenvolvidas por Piaget, estabelece a relação existente entre valores e inclusão, destacando que a educação inclusiva não se dissocia dos valores, pois estes permeiam as relações sociais. Tendo em vista que as relações humanas geram trocas sociais, é necessário conhecer, problematizar e considerar os valores estabelecidos e priorizados nessas relações, independentemente do espaço social em que estejam situados (Monteiro, 2019).

A ideia de inclusão escolar, como vimos anteriormente, ainda é recente em nossa sociedade, portanto, devemos saber que esta exige que sejam colocados em prática valores inclusivos, onde, busca-se promover a participação de todos e acabar com a exclusão. Em outras palavras, conviver de modo inclusivo é estar em comunhão com as diferenças, isso torna-se o maior valor a ser considerado nessas relações humanas.

Se considerarmos, o que se refere, por exemplo, à educação, é recente nosso entendimento de que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, comportamentais, sociais, culturais, afetivas, éticas, religiosas dentre outras que configuram as múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo, têm o mesmo direito à educação: uma educação inclusiva que atenda às suas especificidades, que o conceba como seres integrais (Monteiro, 2019, p. 92).

Ainda neste artigo, a autora descreve o quanto as relações sociais podem influir na construção moral e na superação das diferenças, pois, entende-se no desenvolvimento da moralidade que as crianças não nascem com todos os conceitos morais definidos, “começamos a nos ocupar do entendimento de que os conceitos morais são construídos ao longo do seu desenvolvimento, influenciados tanto por fatores internos quanto externos” (Monteiro, 2019, p. 91).

Compreende-se por fatores internos, aqueles que se referem ao biológico e hereditário, enquanto os fatores externos abrangem o campo social e educativo. Tendo em vista que a moralidade não se absorve passivamente, mas se constrói, cabe à escola conhecer como se dá o processo de aquisição dos valores morais, como aplicar esses conhecimentos na prática e conhecer de que forma a inclusão pode ser um fator externo aliado a construção da moralidade nessas crianças.

[...] a forma como a criança irá aprender a viver e conviver com as diferenças será implicada pela relação que ela estabelece com os conceitos morais (dentre eles as regras e valores) que permeiam as relações sociais nas quais se constitui. Em síntese, as relações com as diferenças fazem parte das aprendizagens ao longo do desenvolvimento infantil (Monteiro, 2019, p. 91).

Atrelado a isso, Lígia Assumpção Amaral (1998) promove uma discussão a respeito do que são diferenças, quem define o que é considerado normal ou anormal dentro da sociedade e a vinculação dessas definições com as relações que se estabelecem socialmente. Primeiramente há que se considerar que o estabelecimento de uma diferença parte de uma inicial definição de igualdade/normalidade, onde avalia-se as características ou funcionalidades como padrões a serem considerados; o desvio desses padrões ou a visão de impossibilidade de funcionamento,

caracterizam uma diferença significativa vista também como anomalia/ anormalidade.

Segundo a autora:

Todos sabemos (embora nem todos o confessemos) que em nosso contexto social esse tipo ideal- que, na verdade, faz o papel de um espelho virtual e generoso de nós mesmos - corresponde, no mínimo, a um ser: jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo. A aproximação ou semelhança com essa idealização em sua totalidade ou particularidades é perseguida, consciente ou inconscientemente, por todos nós, uma vez que o afastamento dela caracteriza a diferença significativa, o desvio, a anormalidade. E o fato é que muitos e muitos de nós, embora não correspondendo a esse protótipo ideologicamente construído, o utilizamos em nosso cotidiano para a categorização/validação do outro (Amaral, 1998, p. 03).

Ao trazer esta definição, compreendemos as raízes do preconceito, de modo que as ações preconceituosas partem de uma concepção sobre algo ou alguém anterior ao estabelecimento de relações, levando em conta os padrões determinados de normalidade e anormalidade. O preconceito tem como componentes as atitudes e o desconhecimento concreto. As atitudes geram um filtro de percepção conforme uma influência emocional: amor, repulsa, admiração e medo; já o desconhecimento provoca reações sem vivenciar a interação (Amaral, 1998). Dito isso, em um ambiente em que convivem crianças com pré-conceitos definidos – nem sempre de forma consciente – há o desafio de lidar com eles. Nesta relação, assim como existem valores que influem positivamente, existem também aqueles que afetam negativamente.

Conforme destaca Batista e Enumo (2004) somente a intervenção para alunos que são deficientes, não auxilia na mudança do cenário, faz-se necessário que ocorra uma intervenção para aqueles colegas que não possuem deficiências e diferenças significativas, assegurando deste modo uma real inclusão. Também identifica-se a necessidade de análise das interações sociais em busca de avaliar as consequências da inclusão e mediar a prática educacional. Quanto à isso, Lepre (2019, p. 15) ressalta que a educação moral não precisa ficar fixada como uma disciplina que compõe o currículo, mas deve permear a vivência dos alunos em todos os aspectos e ambientes do contexto escolar.

Yves de La Taille, um dos grandes pensadores da atualidade no campo da psicologia, descreve a existência de uma falta de percepção humana quanto às situações que envolvem moral e não são explícitas, para estes momentos é necessário ter o que ele chama de sensibilidade moral para identificar onde está presente a moralidade.

Em resumo, a sensibilidade moral consiste em perceber dimensões morais encobertas em situações aparentemente neutras do ponto de vista moral, ou aparentemente positivas. Ora, há pessoas capazes que equacionamentos morais sofisticados, mas relativamente 'cegas', em situações em que regras, princípios e valores morais não se destacam claramente. Tal 'cegueira' pode advir tanto de uma falta de flexibilidade cognitiva quanto da falta de disponibilidade afetiva para querer perceber o outro em sua complexidade [...] (La Taille, 2009, p. 07).

Esta sensibilidade moral é o que se espera em uma sala de aula com alunos que possuam alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais, onde torna-se necessário conhecer as singularidades de cada pessoa, sem julgar de antemão o que se acha moralmente correto. O professor, sendo um adulto cuja funções mentais estão em um grau mais desenvolvido, é diretamente responsável por mediar esse entendimento das diferenças e fazer com que todos possam desenvolver valores morais por meio da convivência, ou seja, por meio da influência dos fatores externos anteriormente citados. Neste sentido, quanto aos aspectos atitudinais na educação Vygotsky (2012) esclarece:

Não é tanto a educação de crianças cegas (ou que apresente qualquer outra deficiência) e sim a reeducação dos que enxergam. Estes devem mudar sua atitude em relação à cegueira e aos cegos [em relação às deficiências]. A reeducação do vidente representa uma tarefa pedagógica social de enorme importância (p. 86).

Dentre os valores possíveis de serem desenvolvidos em ambiente escolar, podemos considerar que os que mais se associam à inclusão são: cooperação, empatia, respeito e senso de justiça. A cooperação refere-se ao equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos, onde em conjunto há uma prática que atenda e beneficie a todos. Não diferente disso, a empatia promove o entendimento das necessidades do outro, de modo a colocar-se no lugar da pessoa para compreender seus interesses, vontades, sentimentos e limitações.

Permeando as relações, o respeito dar-se-á no momento em que mesmo possuindo diferenças evidentes exista a sensibilidade com o outro, não havendo uma imposição das vontades próprias, desta forma, é possível compreender que as divergências não invalidam as demais percepções, devendo serem respeitadas. Por fim, o senso de justiça implica na habilidade de notar ações injustas e saber agir sobre elas, defendendo aquilo que promova a integridade e igualdade nas relações.

A inclusão beneficiaria a todos os alunos, com necessidades educacionais especiais ou não, que poderiam desenvolver sentimentos sadios de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade. Trata-se de um ideal, sem dúvida. Um ideal que pressupõe um mundo diferente deste nosso, um mundo no qual a cooperação não seja ato de misericórdia, geradora de benemerência (Capellini; Mendes, 1995, p. 17).

Desta forma, fica evidente as possibilidades de ação da escola frente ao desenvolvimento de valores, os quais implicam diretamente nas relações entre os alunos que possuam alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais e os demais. Uma escola preparada para mediar esta formação moral levará em consideração o preconceito, a falta de sensibilidade moral, o potencial da interação, a postura docente e as demais barreiras que permeiam este contexto.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da abordagem

Com base no objetivo geral de identificar e analisar produções científicas nacionais que inter-relacionem os temas inclusão escolar e educação em valores, o método de pesquisa escolhido para melhor alcançar o proposto foi a revisão sistemática de literatura. A revisão sistemática caracteriza-se por ser um método de pesquisa cujo desenvolvimento segue protocolos específicos, a aplicação destes protocolos permitem que os processos ganhem legitimidade e possam ser replicados por outros pesquisadores (Galvão; Pereira, 2014).

Para este processo de pesquisa foram adotadas algumas etapas do protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA) elaborado pela Biblioteca *Cochrane* (*Cochrane Library*) para proporcionar um maior nível de evidência aos estudos ligados à Medicina e áreas correlatas. Atualmente, o protocolo segue sendo aplicado em outros campos de conhecimentos, com suas devidas adequações. A recomendação PRISMA consiste em uma tabela composta por 27 itens em formato de *checklist* e um fluxograma, contendo os critérios de inclusão e exclusão dos artigos, devendo serem desenvolvidos durante a revisão. Ao final do processo obtém-se uma pesquisa replicável, com um método sistematizado e explícito, ou seja, qualquer pesquisador que tenha interesse em realizar novamente a pesquisa, ou testá-la, terá condições para tal.

Considerando os devidos fins desta pesquisa, alguns itens da tabela PRISMA não foram utilizados, havendo necessidade de suprimir aqueles que não caracterizavam uma pesquisa na área da educação. Os itens utilizados neste processo de pesquisa estão descritos por meio da Quadro 1, podendo ser consultadas as páginas onde estão localizadas cada uma das etapas desenvolvidas.

No checklist do PRISMA, por exemplo, podem ser encontrados itens como: o título indica de que se trata de uma revisão sistemática ou uma meta-análise ou ambas? traz nos objetivos uma questão clara, ou seja, contendo as pessoas ou o problema que será abordado na revisão, o tipo de intervenção que será analisado, se haverá comparação entre diferentes intervenções e quais serão os resultados (*outcomes*) analisados nos estudos selecionados? Há indicação de que a revisão sistemática segue um protocolo e foi registrada em uma plataforma de revisões? indica quais foram os critérios para a inclusão dos estudos na revisão? [...] (Galvão; Ricarte, 2020, p. 61).

Há diversas formas de realizar uma revisão, a depender do contexto e objetivos traçados, neste caso, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e de caráter descritivo, cujo a base se constitui de artigos já publicados, destarte, por meio

da análise dos artigos primários podemos evitar repetições, fazer um levantamento de dados, aperfeiçoar as temáticas e relacioná-las por meio de um estudo secundário.

De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados. Dito de outro modo, a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como mera introdução de uma pesquisa maior [...] (Galvão, Ricarte, 2020, p. 59).

Tendo sido feitas as primeiras delimitações do tema e objetivos, para a realização de uma revisão sistemática são necessárias que se cumpram as etapas básicas de: definição da pergunta de pesquisa, busca por evidências, revisão e seleção dos estudos, análise da qualidade metodológica e apresentação dos resultados (Sampaio; Mancini, 2007).

Quadro 1 – Lista de checagem PRISMA 2020 para resumos

Seção e tópico	Item	Item da lista de checagem	Nº da página
Título			
Título	1	Identifique a publicação como revisão sistemática.	01 e 02
Introdução			
Objetivos	2	Forneça uma declaração explícita dos objetivos ou perguntas principais que a revisão aborda.	14
Métodos			
Crítérios de elegibilidade	3	Especifique os critérios de inclusão e exclusão da revisão.	30 a 32
Fontes de informações	4	Especifique as fontes de informação (ex.: bases de dados, repositórios) usadas para identificar os estudos e a data em que cada um foi pesquisado pela última vez.	29 a 32
Risco de viés	5	Especifique os métodos usados para avaliar o risco de viés nos estudos incluídos.	33 e 34
Síntese dos resultados	6	Especifique os métodos usados para apresentar e sintetizar os resultados.	33 e 34
Resultados			
Estudos incluídos	7	Apresente o número total de estudos incluídos e participantes e resuma as características relevantes dos estudos.	34 a 38
Síntese dos resultados	8	Apresente os resultados para os desfechos primários, de preferência indicando o número de estudos incluídos e participantes de cada. Se meta-análise foi feita, relate a estimativa sumária e o intervalo de	38 a 42

		confiança/credibilidade. Se estiver comparando grupos, indique a direção do efeito (ou seja, qual grupo é favorecido).	
Discussão			
Limitações das evidências	9	Forneça um breve resumo das limitações das evidências incluídas na revisão (ex.: risco de viés dos estudos, inconsistência e imprecisão).	34 a 38
Interpretação	10	Forneça uma interpretação geral dos resultados e implicações relevantes.	38 a 42 e p.44
Outros			
Financiamento	11	Especifique a fonte primária de financiamento da revisão.	Não há
Registro	12	Informe o repositório e o número de registro.	Não há

Fonte: Declaração PRISMA 2020 (PAGE, 2022).

3.2 Processo de elaboração

Uma vez que a pergunta de pesquisa é o primeiro passo para nortear os demais processos, partimos de sua elaboração. De modo geral, as revisões buscam responder a uma questão de pesquisa que pode ser estruturada de acordo com o acrônimo PICO, contemplando a definição de um problema/população, uma intervenção, comparação e um resultado (*outcome*). Para esta revisão a pergunta norteadora foi: O convívio com a inclusão em um ambiente escolar contribui para uma educação em valores? Ao elaborar consideramos como população as crianças em idade escolar, a inclusão escolar como uma intervenção, o convívio inclusivo e não inclusivo como um objeto de comparação e o resultado está associado à influência ou não da convivência sob o desenvolvimento de valores dentro da escola. Com base neste questionamento os demais passos para elaboração foram realizados, tendo como intenção a identificação de estudos que contribuam com a discussão.

Mediante os temas abordados, os descritores estipulados para serem inseridos nos buscadores partiram da combinação das palavras: “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “inclusão”, “construção de valores morais”, “desenvolvimento de valores”, “moralidade” e “educação em valores”. Visando alcançar maiores e melhores resultados, foram utilizados os operadores booleanos “OR” e “AND”, com OR empregado para a pesquisa de um termo em detrimento de outro e AND para a busca de termos associados. As combinações realizadas resultaram em seis termos de busca (Quadro 2), os quais foram utilizados em todas as bases. Além disso, esta

revisão contou com um critério prévio de exclusão relacionado a datas e idiomas, sendo validados somente artigos em Português e do período compreendido entre 2013 a 2022, ressalta-se que a escolha dos anos se pautou na busca de um espaço de tempo que representasse os últimos 10 anos de pesquisas.

Quadro 2 – Combinação de descritores para formação dos termos de busca.

FORMAÇÃO DOS TERMOS DE BUSCA
"Educação inclusiva" OR "Inclusão" AND "Educação em valores"
("Educação inclusiva" OR "Inclusão") AND ("Educação em valores morais")
("Inclusão escolar" OR "Inclusão") AND ("Moralidade")
"Inclusão" AND "Desenvolvimento de valores"
("Educação inclusiva" OR inclusão escolar) AND "Construção de valores morais"
"Educação inclusiva" OR inclusão AND "Educação moral"

Fonte: Autoria própria (2023).

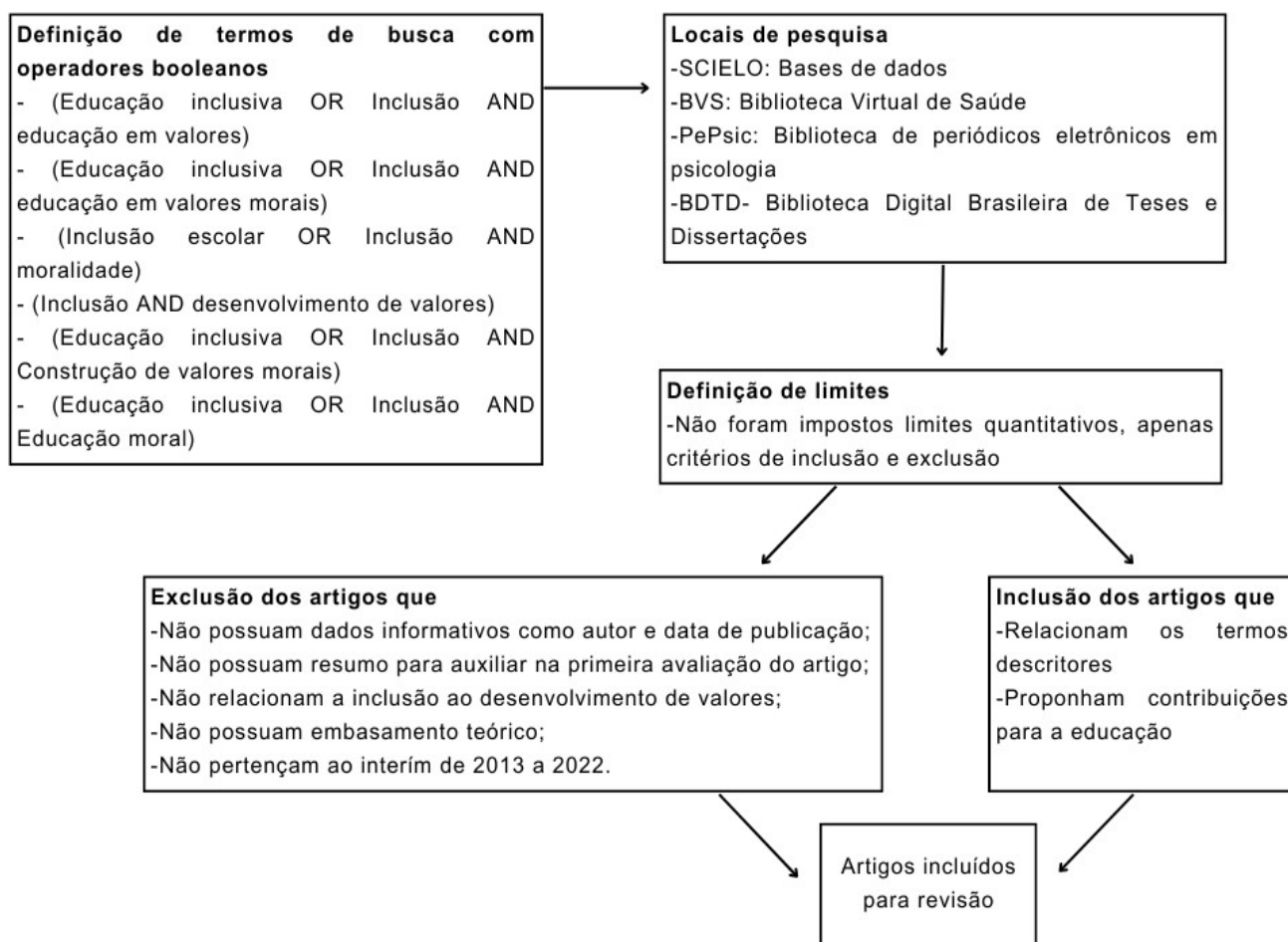
De acordo com Sampaio e Mancini (2007) a eficácia de uma pesquisa não depende somente da escolha de termos adequados, mas também da escolha de uma base de dados coerente com as especificidades do tema, portanto, para esta pesquisa considerou-se adequado utilizar as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As bases utilizadas, além de possuírem uma gama de artigos científicos a respeito de diversos temas – incluindo produções relacionadas ao macro tema da educação e psicologia – também possuem credibilidade, contendo conteúdos científicos de qualidade. Destaca-se que o período de buscas dos descritores nas bases de dados, ocorreu entre os dias 30 de julho de 2023 e 17 de setembro de 2023, representando um risco de viés de seleção para quem pretender pesquisar em outros períodos, podendo haver acréscimos ou retiradas dos estudos nas bases.

Com a finalidade de minimizar a amplitude de resultados e aumentar a precisão, em todas as bases de dados utilizou-se o filtro de buscas avançadas, nele foi possível escolher os anos de publicação, o tipo de metadados para cada campo de busca, os periódicos, as coleções, os tipos de literatura e em alguns casos houve a possibilidade do acionamento de um filtro temático, este foi utilizado nos casos em que os resultados atingiam um contingente superior a 50 artigos.

A busca em base de dados eletrônica e em outras fontes é uma habilidade importante no processo de realização de uma revisão sistemática, considerando que sondagens eficientes maximizam a possibilidade de se encontrarem artigos relevantes em um tempo reduzido (Sampaio; Mancini, 2007, p. 85).

Seguindo com o processo de pesquisa, os resultados encontrados foram contabilizados e inseridos em uma tabela, na qual continha a data de acesso, plataforma utilizada, descritores e título. Após isso iniciaram-se as etapas de exclusão, tendo como critério os aspectos descritos na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de delimitações para inclusão e exclusão de artigos na revisão sistemática.



Fonte: Autoria própria.

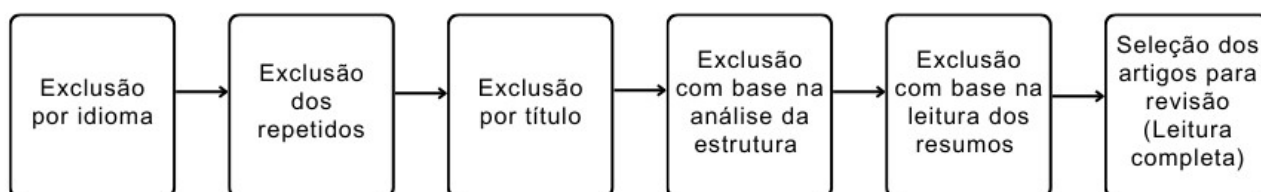
Para seleção dos artigos incluídos na revisão, foram elaboradas etapas de exclusões, visando alcançar ao final das seleções apenas artigos relacionados ao objetivo da pesquisa. Conforme definido previamente, a etapa inicial foi responsável por retirar artigos que mesmo após o filtro de busca nas bases de dados estavam em um idioma diferente do português, tendo em vista, que estamos analisando somente

as produções nacionais. Após esta primeira etapa, foram excluídos também os artigos que apareciam de forma repetida, afunilando ainda mais os resultados.

Avançando no processo, avaliou-se a temática trazida pelo título do texto, buscando selecionar somente aqueles cujo nome tivesse relação com os descritores utilizados, estando coerente com os objetivos que visávamos alcançar, portanto, para serem selecionados, os estudos deveriam tratar da inclusão escolar de modo associado ao desenvolvimento de valores, ou, fazer referência a formação de atitudes inclusivas por influência do convívio. Através desta ação, grande parte dos estudos desconexos ao tema foram dispensados.

Posteriormente analisou-se a estrutura dos artigos, filtrando aqueles que possuíam um título, data de publicação e um resumo, bem como o nome dos respectivos autores. O resumo atuou nesta revisão como um elemento principal por ser uma das partes do texto que auxiliou na identificação das temáticas, fornecendo informações como os objetivos, metodologia, resultados e demais dados anteriores à leitura do texto completo. A partir desta seleção prévia, foram realizadas as leituras dos resumos, buscando identificar os artigos que mais contribuiriam para a análise.

Figura 2 – Sequência lógica de exclusão e inclusão de artigos.



Fonte: Autoria própria

Por meio da leitura dos resumos, foi identificado somente um artigo que atende aos propósitos da pesquisa – conforme observável na Tabela 1 – mostrando-se insuficiente para caracterizar uma revisão sistemática. A quantificação apresentada pela tabela, expressa as categorias de artigos identificados, rejeitados, repetidos e selecionados. Os artigos identificados, são aqueles cujo a coleta passou apenas pelo filtro das bases de dados, enquanto os rejeitados representam a somatória de todos os estudos excluídos nas etapas, já os repetidos compreendem aqueles que foram excluídos apenas por estarem aparecendo mais de uma vez. Por último, a categoria dos selecionados representa os que efetivamente pertencem à revisão, sendo apresentados de forma detalhada na seção referente aos resultados e discussões.

Tabela 1 – Quantificação de artigos em cada base de dados conforme as categorias.

Bases pesquisadas	Artigos identificados	Rejeitados	Repetidos	Selecionados
SciELO	21	20	1	0
BVS	32	20	11	1
Pepsic	4	4	0	0
BDTD	30	26	4	0
Total	87	70	16	1

Fonte: Autoria própria.

Isso posto, a estratégia utilizada para maximizar os resultados, consistiu no acréscimo do mecanismo virtual de pesquisa Google acadêmico (*Google Scholar*), realizando-se a busca com os mesmos termos anteriormente descritos no Quadro 2, aplicando os filtros de idioma e ano de publicação, retirando também a opção do aparecimento de citações. Dentro das especificidades deste buscador, há o fornecimento de inúmeros artigos e livros, alcançando resultados exorbitantes para esta pesquisa. Através desta percepção, optamos por selecionar somente as quatro primeiras páginas ordenadas por relevância, visto que, após a 5ª página os artigos deixavam de contemplar os termos inseridos. Executados as etapas de exclusões e identificações, foi possível alcançar um número maior de artigos para constituir a revisão, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Quantificação de artigos em cada base de dados conforme as categorias, considerando o Google acadêmico.

Bases pesquisadas	Artigos identificados	Rejeitados	Repetidos	Selecionados
SciELO	21	19	1	1
BVS	32	21	11	0
Pepsic	4	4	0	0
BDTD	30	26	4	0
Google Acadêmico	240	206	28	6
Total	327	276	44	7

Fonte: Autoria própria.

Após este processo, iniciou-se a etapa de verificação e exploração dos resultados, permitindo o conhecimento das variadas abordagens relacionadas às temáticas pesquisadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos selecionados foram lidos por completo e passaram por uma análise crítica de cunho investigativo, compondo a revisão sistemática tanto no quesito quantitativo quanto qualitativo, contribuindo para a resposta da pergunta de pesquisa e comparação dos produtos encontrados, examinando as semelhanças e diferenças, abordagens, metodologias e discussões, recuperando e avaliando os resultados mais relevantes dos estudos. As informações básicas referente aos artigos foram inseridas no quadro que se segue.

Quadro 3 – Artigos incluídos na revisão sistemática

Nome do (s) autor (es)	Título do Artigo	Base de dados ou Buscador	Ano de publicação	Local de publicação
Ana P. S.M.P Viegas e Roberlúcia R. Alves	Cultura de paz e educação inclusiva: articulando saberes	Google Acadêmico	2014	Capítulo do livro "Cultura de paz, ética e espiritualidade"
Marie C. Sekkel e Larissa P. Matos	Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil	Pepsic	2014	Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escola e Educacional
Juliana D. Omodei e Laura J. T. S. Reis	Educação inclusiva e bullying: a visão do outro	Google Acadêmico	2015	Revista Educação, Artes e Inclusão
Geisiane L. da Silva <i>et al.</i>	Educação em Valores: O ensino da dimensão atitudinal no ensino fundamental I	Google Acadêmico	2016	Revista Espaço acadêmico
Luane D. dos Santos <i>et al.</i>	A contribuição dos valores humanos na educação inclusiva	Google Acadêmico	2018	III Congresso Internacional de Educação e Inclusão

Lusia Lameira <i>et al.</i>	A inclusão em uma escola da rede municipal de Campina Grande (PB) : O que dizem as crianças?	Google Acadêmico	2018	V Congresso Nacional de Educação (CONEDU)
Mateus Silva de Meneses	A Educação Moral como fundamento da Educação Inclusiva	Google Acadêmico	2022	Revista Educação Inclusiva (REIN)

Fonte: Autoria própria

Conforme consta no Quadro 3, ao final da pesquisa foram encontrados 327 artigos, dos quais apenas 2,14% (n = 7) puderam ser recuperados para atender aos objetivos de identificar e analisar as produções nacionais referentes às temáticas da educação inclusiva e educação em valores, tendo como foco conhecer a influência das vivências inclusivas no desenvolvimento de valores. Salienta-se, que o *corpus* da pesquisa foi formado por um número reduzido de artigos devido a exigência do aparecimento simultâneo dos termos descritores; caso não houvesse este critério a pesquisa contaria com inúmeros artigos a respeito da inclusão e construção de valores, porém, apresentados de forma isolada. Para análise dos materiais coletados, foram priorizados os aspectos relacionados à modalidade de produção científica, ano de publicação, autores, objetivos pretendidos, temas abordados, estratégia metodológica e principais resultados obtidos, pretendendo-se assim fazer uma análise da qualidade dos estudos.

4.1 Síntese dos artigos incluídos na revisão

O capítulo intitulado “Cultura de paz e educação inclusiva: articulando saberes”, escrito por Viegas e Alves (2014), pertencente ao livro “Cultura de paz, ética e espiritualidade”, foi o primeiro estudo a ser revisado, este detalha a realização de um projeto desenvolvido em uma escola municipal de Fortaleza com alunos da sala do Infantil V. Para a aplicação foram realizados sete encontros quinzenais, de agosto de 2012 a janeiro de 2013, propiciando atividades interdisciplinares usando da música como um instrumento para incluir um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Destaca-se que o referido aluno possuía comportamentos que dificultavam a convivência, o que culminou em um cenário de rejeição por parte dos familiares, e consequentemente dos próprios alunos. Com base nisso, tornou-se necessário pensar em estratégias para a troca de experiências, construção do conhecimento,

respeito às diferenças e estímulo do convívio. O processo exigiu a colaboração de professores regulares e do atendimento educacional especializado (AEE), em consonância também com as famílias e discentes. Apesar de não constar de forma explícita, o projeto visou uma transformação na concepção dos valores, buscando o favorecimento dos direitos humanos, o cultivo das relações interpessoais, a relação dialógica e socioafetiva. Ao final, utilizando-se dos círculos de cultura de Paulo Freire e da música foi possível identificar uma mudança no comportamento tanto do aluno, quanto das crianças e responsáveis, contribuindo também para a prática docente.

Sekkel e Matos (2014) em “Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil”, exploram os efeitos da convivência em um ambiente inclusivo durante a educação infantil. O artigo descreve uma pesquisa de abordagem qualitativa realizada com ex-alunos de uma creche pública entre os anos de 2001 e 2009. Por meio de uma entrevista com seis alunos, as autoras puderam analisar de acordo com a Teoria Crítica da Sociedade, o quanto o ambiente escolar é determinante nas relações e conseqüentemente na formação de atitudes ligadas aos valores inclusivos. De acordo com os relatos das memórias na educação infantil, das relações entre os alunos na escola atual e do papel da instituição nas relações escolares, as entrevistas possibilitaram concluir que para estes alunos, estar em um ambiente inclusivo durante a educação infantil propiciou a abertura à experiência mediante o reconhecimento das próprias limitações e das limitações do outro, além disso, as novas relações sociais tinham como base as vivências predecessoras, sem que fosse necessário recorrer à estereótipos. Uma grande ênfase é conferida à escola, pois foi através dos profissionais que ali estavam e da estrutura que o processo de construção de valores ocorreu. Outrossim, as autoras destacam que independentemente da formação advinda do ambiente familiar, a escola inclusiva fornece um impacto nos valores e atitudes, sendo os sujeitos levados a reconhecerem as particularidades dos demais, sem agir de forma mecânica e capacitista.

Omodei e Reis (2015) em seu artigo “Educação inclusiva e *bullying*: a visão do outro” destacam uma vertente do preconceito – o *bullying*. Partindo da hipótese de que as práticas de *bullying* não favorecem o desenvolvimento de uma educação inclusiva, buscou-se discutir o acontecimento destes casos no ambiente escolar. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa empírica com 42 estudantes de uma escola estadual de São Paulo, sendo 5 deles público-alvo da educação especial (PAEE). Através da aplicação de um questionário, foi possível identificar a falta de

envolvimento dos alunos nos projetos realizados na escola destinados ao convívio; notou-se também a baixa proposição de trabalhos em grupos e a comum ocorrência de casos preconceituosos (97%), principalmente no que se referia às pessoas com deficiência. A educação em valores, é então apontada pelas autoras como uma necessidade frente à realidade percebida. Ao longo do estudo são ressaltadas as evoluções da nossa sociedade com relação à inclusão, porém existe a consciência do quanto ainda é possível avançar frente a esses acontecimentos excludentes e ofensivos, usando a escola – local permeado pelas relações sociais – como ambiente oportuno para a legitimação de valores, pluralização cultural e superação dos desafios. Mediante a análise, afirma-se o dever da escola em desenvolver em seus alunos as noções de valores éticos e respeito à diversidade. Não obstante, esta instituição precisa assumir sua responsabilidade nessa formação e apontar caminhos para acabar com casos de *bullying*, reconhecendo seu papel na constituição de uma educação inclusiva.

Tendo como foco a identificação das variações de comportamento na escola no que se refere à dimensão atitudinal, Silva *et al.* (2016) apresenta em seu artigo “Educação em valores: o ensino da dimensão atitudinal no ensino fundamental I” uma pesquisa empírica realizada para compreender se são desenvolvidas, ou não, práticas valorativas e formação moral em uma escola pública do Espírito Santo. Por meio de uma entrevista com alunos de duas turmas do 4º ano, foi possível identificar o que os alunos sabiam sobre os valores e como isso tinha sido notado dentro da escola. Para os autores, é essencial que a educação exerça intervenções relacionadas à fundamentação de valores, pois estes validam a convivência em sociedade, acrescentando às práticas aprendidas no ambiente familiar. Apesar de não utilizar o termo inclusão e pessoa com deficiência, entende-se que a pluralidade identificada na formação escolar inclui também este público-alvo. Como resultado da pesquisa, têm-se a percepção de uma sociedade doente, com crianças altamente afetadas pela realidade do ensino, onde não se tem uma compreensão dos valores e poucos docentes preocupados em adotar essa prática em suas abordagens.

Seguindo com os textos coletados, o artigo intitulado “A contribuição dos valores humanos na educação inclusiva” (Santos *et al.*, 2018), é extremamente significativo para esta revisão, pois expõe mediante uma pesquisa bibliográfica e observação de um projeto, a importância de serem trabalhados os valores ligados à inclusão para os alunos ditos “normais”. Baseando-se no argumento de que ainda o

sistema educacional não está preparado para receber com qualidade os estudantes diversos, e do mesmo modo a sociedade enfrenta uma crise na formação de valores por meio da instituição familiar, fica sob a responsabilidade da escola atuar de forma conjunta à família nesse desenvolvimento – como um suporte. O preconceito, apontado mais uma vez como um desafio para as relações sociais, pode ser abordado e ressignificado por meio do ensino, dependendo justamente do preparo e disposição dos profissionais para tal. Destaca-se dentre os valores humanos pretendidos: a paz, o amor, a verdade, ação correta e não violência, desencadeando uma série de outros subvalores. O projeto “Formação do caráter na educação infantil por meio dos valores humanos” estava sendo realizado em Missão Velha no Ceará durante os anos de 2017 e 2018, ainda em fase inicial, tendo como objetivo compartilhar experiências que fomentassem a inclusão por meio dos princípios humanos, sendo passíveis de aplicações no ambiente escolar. Para a realização do projeto, os professores passaram por processos de formação continuada, contribuindo com o andamento. Através de observações, intervenções, coleta de dados e depoimentos, os resultados alcançados foram muito satisfatórios, desenvolvendo atitudes e comportamentos mais sociáveis nos participantes, como também consciência de certo e errado.

Como se dão as relações entre as crianças com e sem deficiência? De que forma elas se relacionam? Qual o tipo de comportamento nas mais diversas atividades? Estes são alguns dos questionamentos que Lameira *et al.* (2018) buscou responder através de uma pesquisa qualitativa e empírica, envolvendo alunos de uma escola municipal de Campina Grande (Pernambuco). A coleta de dados foi realizada no período de abril a junho de 2018, ocorrendo por meio de observações e entrevistas com alunos da educação infantil e fundamental I. Para embasar-se teoricamente, os autores fizeram o reconhecimento dos aspectos legais envolvendo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), afirmando haver uma falta de materialização do que é proposto nas leis. Houve a identificação da escola como um lugar que precisa assumir as demandas da sociedade, estando dentre elas a garantia de acesso à educação e o respeito à diversidade. Neste sentido, as crianças podem ser consideradas como participantes ativas das relações sociais, sendo de extrema importância conhecer o contexto sob sua ótica. Os resultados alcançados possuem um risco de viés por terem sido traduzidos à luz da percepção dos autores – envolvidos naquele contexto – porém, em nada isso invalida as constatações. Em resumo, a pesquisa destaca que “não

existem fórmulas mágicas para alcançar a inclusão, mas há caminhos que facilitam este processo” (p.11) como a convivência com a diversidade, envolvimento dos profissionais e conscientização dos estudantes. Os relatos demonstram que as crianças possuem uma relação respeitosa, solidária, cooperativa e colaborativa, além uma preocupação com o progresso dos colegas com deficiência/ diferença significativa, tornando-se cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar em seu entorno diverso.

Em “A educação moral como fundamento da educação inclusiva”, Mateus Meneses (2022), tendo realizado uma pesquisa teórica e conceitual, expressa um juízo de valor baseando-se nas interpretações derivadas de sua revisão bibliográfica. Visando compreender se há e como ocorre a relação entre educação moral e educação inclusiva – por intermédio de um viés ligado à filosofia da educação – este artigo inicia-se definindo o conceito de educação moral, expresso como o meio que permite o aprendizado da vida em grupo, proporcionando o equilíbrio das vontades pessoais às vontades coletivas. Atém-se ao desenvolvimento da empatia e superação do preconceito, sugerindo como possibilidade pedagógica o trabalho com personagens da literatura e as tecnologias do eu, ferramentas que auxiliam os sujeitos na construção de si mesmos. Conceitua-se os direitos humanos como semelhante à inclusão, pois ambos possuem um caráter democratizador, ou seja, ambos visam a garantia dos direitos fundamentais para todos. O autor aponta a escola como um lugar de desenvolvimento crítico e se mostra contrário ao uso das classes especiais durante o período regular, afirmando romper com a oportunidade de socialização. Embasado teoricamente, há o entendimento da importância da educação moral para a valorização das diferenças, sendo um meio fornecedor de instrumentos para este desenvolvimento formativo.

4.2 Análise e discussão

Em uma avaliação inicial, podemos considerar reduzido o número de artigos que expressam uma relação entre os termos Educação Inclusiva e Educação em valores, tendo em vista a amplitude do intervalo de tempo pesquisado (10 anos) e a relevância do tema para o contexto educacional brasileiro. Não obstante, há de se considerar o recente percurso legal a respeito da inclusão e a ampliação das ocupações nas escolas por alunos com deficiência, entretanto, a ausência de estudos frente a esse tema, demonstra uma falta de percepção por parte dos educadores no

que diz respeito à importância do convívio e da dimensão atitudinal para a legitimação deste direito, para além do aspecto curricular.

Nota-se que todos os estudos são de uma abordagem qualitativa, deste modo, os autores visam evidenciar as informações obtidas, atendo-se à relação dos conceitos e fundamentações teóricas. Apesar das diferenças metodológicas, há uma grande semelhança entre os artigos, ficando evidente que todos identificam uma relação entre a educação moral/educação em valores ou educação em direitos humanos e a educação inclusiva.

Com relação aos objetivos, a grande maioria dos estudos (Lameira *et al.* 2018; Meneses, 2022; Omodei; Reis, 2015; Santos *et al.*, 2018; Sekkel; Matos, 2014) buscaram compreender como ocorria o desenvolvimento dos valores por meio das relações de convivência, levando em consideração o potencial da escola como um espaço de socialização e acesso a diversidade, justamente por abranger pessoas de diferentes classes econômicas, etnias, raças, culturas e deficiências. Ressalta-se que existe sim uma sobrecarga de demandas sociais nas quais o ambiente escolar deve atender, não isentando a responsabilidade da família sob a formação cidadã de seus dependentes, mas sendo um apoio para a formação social (moral), educacional e profissional desses indivíduos.

Ao comparar os artigos, podemos notar a presença de dois que se destacam por conter informações menos comuns em relação aos demais. Esses mesmos artigos, a saber, “Cultura de paz e educação inclusiva: articulando saberes” de Viegas e Alves (2014) e “Educação inclusiva e *bullying*: a visão do outro” de Reis e Omodei (2015), se sobressaem por sua especificidade. O primeiro aborda a educação em valores morais de forma implícita, colocando em evidência o termo cultura de paz, além deste aspecto, aponta a música e os elementos culturais como uma estratégia pedagógica para auxiliar no processo de inclusão e formação valorativa, destacando também a importância do uso das áreas de interesse para o estimular a participação dos alunos. No segundo, observamos o uso do termo em inglês *bullying*, para descrever a ausência de valores morais no caráter do agressor, sendo, portanto, um problema que também diz respeito à Educação moral, mesmo que não tenha sido nomeada.

Dentre os sete estudos selecionados, seis deles se pautam em aspectos práticos, seja por meio da observação de projetos desenvolvidos, ou da aplicação de entrevistas, questionários e intervenções. A coleta de dados diretamente do ambiente

educacional é de suma importância para agregar credibilidade à pesquisa, trazendo depoimentos reais das experiências vividas pelos alunos, tornando-se possível dimensionar o que pressupõe a teoria. Indo mais além, por meio das informações obtidas, são recuperadas estratégias metodológicas, percepções, sugestões e especificidades, que de alguma forma a teoria não foi capaz de dimensionar.

Quanto aos valores descritos, a pesquisa “A contribuição dos valores humanos na educação inclusiva” (Santos *et al.*, 2018) é a única a realizar uma especificação dos princípios que se espera encontrar, elencando como essenciais valores diferentes dos que foram apresentados na seção 2.3 deste trabalho, como a paz, ação correta, amor, verdade e não violência, enquanto nos demais, não são encontradas especificações, sendo abordados apenas os valores morais em seu sentido mais amplo, ligados ao respeito e convivialidade.

Indo de encontro com o que expõe Lígia Amaral (1998) na seção referente ao desenvolvimento de valores morais atrelado à inclusão escolar, há uma concordância entre os autores no que diz respeito ao preconceito, sendo tratado como uma barreira, um impedimento, agente dificultador ou mediador das relações entre crianças com e sem deficiência. Com base neste entendimento se justifica a necessidade de estar investigando as relações, visto que, o preconceito se estabelece pela falta de convívio e oportunidade de estar interagindo –anteriormente a formação de uma concepção – podendo tirar suas próprias conclusões, longe de estigmas e estereótipos.

Um aspecto importante destacado em quase todos os estudos, se refere a existência de leis como a Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca (citado também nesta pesquisa), Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/LDBEN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros. Esta identificação da existência, representa uma mudança mediante ao reconhecimento legal dos direitos e inserção social, porém, de acordo com os autores e em concordância ao que foi apresentado no capítulo da fundamentação teórica, elas não refletem a realidade vivida na sociedade. Justamente por reconhecer esta discrepância entre direitos e efetivações, que se torna ainda mais importante a realização de pesquisas empíricas nos ambientes escolares, permitindo uma concepção realista do desenvolvimento do sistema educacional e dos alunos que em tese deveriam estar sendo assistidos.

Verificamos também o reconhecimento da educação infantil como uma fase importante para que sejam desenvolvidas as construções morais, Sekkel e Matos

(2014) assim como Silvia *et al.* (2016), Santos *et al.* (2018) e Lameira *et al.* (2018) afirmam que com os estímulos corretos e a convivência em um ambiente heterogêneo, as crianças possuem maior capacidade de se formarem cidadãos críticos, respeitosos, cooperativos e solidários, carregando o fruto de suas vivências e aprendizados para as demais relações sociais futuras.

Figura 3 – Sistematização dos aspectos analisados na revisão

	Sekkel e Matos (2014)	Viegas e Alves (2014)	Reis e Omodei (2015)	Silva et al. (2016)	Santos et al. (2018)	Lameira et al. (2018)	Meneses (2022)
Abordagem	Qualitativa	Qualitativa	Qualitativa e quantitativa	Qualitativa	Qualitativa	Qualitativa	Qualitativa
Metodologia	Entrevista com ex-alunos	Observação e participação de um projeto desenvolvido em uma escola municipal	Pesquisa empírica com estudantes através de um questionário	Pesquisa empírica, entrevista com alunos do ensino fundamental I	Pesquisa bibliográfica e observação de um projeto realizado na Ed. Infantil	Pesquisa empírica com alunos da Ed. Infantil e ensino fundamental I	Pesquisa teórica e conceitual (Revisão bibliográfica)
Objetivos	Conhecer os efeitos da convivência com a inclusão na ed. Infantil	Conhecer o projeto e sua influência nas trocas de experiências, construção do conhecimento, respeito as diferenças e convívio	Compreender como o Bullying ocorre dentro das escolas e se há impacto sob a educação inclusiva	Analisar os conhecimentos dos alunos sobre valores	Analisar como se desenvolvem os valores humanos como: paz, ação correta, amor, verdade e não violência	Compreender como se dá a relação das crianças com e sem deficiência	Compreender se há e como ocorre a relação entre educação moral e educação inclusiva
Aspectos legais	Declaração Mundial de Educação para Todos; Declaração de Salamanca; LDB, PCN e Diretrizes para Educação Especial na Ed. Básica	Toma como base o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola	Declaração dos Direitos Humanos e Declaração de Salamanca	Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)	Declaração de Salamanca, LDB, Constituição Federal	Constituição Federal e LDB	Não aborda
Alegações	Preconceito como barreira mais difícil, convívio como influente nas percepções	Há um preconceito que medeia as relações e uma necessidade de dar novo sentido às relações	Bullying impede o convívio sadio, escola como espaço para diversidade	Há uma transição de valores que a escola precisa acompanhar mediante a diversidade cultural e social.	Reconhece o preconceito como algo que necessita ser mudado Entende a inclusão como elemento que ajuda na formação e identifica o papel da escola neste cenário	Legislação desproporcional a realidade vivida Escola como lugar da diversidade e conscientização; Necessidade de analisar a realidade de acordo com a visão das crianças.	Reconhece elementos da educação moral que são fundamentais para educação inclusiva Inclusão dificultada pelo preconceito Escola como espaço de diversidades
Resultados	Vivência com os colegas gerou mudanças de atitudes Ressignificação das novas relações Propiciou o não surgimento de estereótipos	Mudança de comportamento dos alunos e dos pais Contribuição para a prática docente Construção de novos valores.	Percepção de que muitos não participam dos projetos ofertados Vários sofrem ou sofreram bullying Identificação da escola como responsável por desenvolver as noções de valores.	Pouco conhecimento dos valores Banalização da prática em conjunto com uma sociedade individualista Crianças altamente afetadas Professores não estudam e nem aplicam os valores em suas práticas.	Percepção de que a escola está sobrecarregada com as demandas da sociedade Quando ensinadas as crianças passam a desenvolver outros valores e tomar consciência do certo e errado.	Conviver com a diversidade proporciona uma relação sem preconceito, favorece o respeito, a solidariedade, cooperação e preocupação com o outro Importância da intervenção dos professores para favorecer a educação de valores	Resolução de conflitos pode ajudara desenvolver a empatia Direitos humanos e inclusão possuem caráter democratizado r de direitos Educação moral permite desenvolver a valorização das diferenças

Fonte: Autoria própria.

Em suma, os sete artigos selecionados permitiram tomar ciência a respeito do que tem sido produzido nacionalmente, além de contribuírem para a resposta da pergunta de pesquisa, comprovando que o convívio em um ambiente inclusivo suscita um maior desenvolvimento e aperfeiçoamento dos valores morais, sendo positivo para uma educação voltada a este fim. Ademais, proporcionou uma reflexão a respeito da preparação do ambiente escolar para lidar com as demandas, apontou a necessidade de capacitação do corpo docente para atuar frente a formação moral e a utilização de recursos pedagógicos como música, círculos de cultura, trabalhos em grupo, incentivo a educação democrática e proposição de projetos de convivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se através deste trabalho de conclusão de curso, identificar e analisar as relações existentes entre os temas educação inclusiva e educação em valores, visando responder à pergunta: o convívio com a inclusão em um ambiente escolar contribui para uma educação em valores? Como objetivo específico, buscamos por meio das produções científicas nacionais, conhecer os artigos publicados entre 2013 e 2022 que realizassem a interseção entre essas duas temáticas, propondo também possíveis pautas para pesquisas futuras, de modo a contribuir com esta área de conhecimento.

O desenvolvimento de uma pesquisa relacionada a essas temáticas, se mostra pertinente por evidenciar a relevância do convívio em um ambiente inclusivo para os alunos em processo de formação, contribuindo para a constituição do paradigma de inclusão. Após anos de exclusões e segregações, passamos pelo desafio das desmistificações quanto às pessoas com deficiência, buscando romper com barreiras físicas e também atitudinais, que impedem a participação em todos os espaços da sociedade. Atrelado à busca por mudanças na conduta, encontra-se a educação em valores morais, onde os valores são entendidos como princípios e regras que permeiam as relações, fundamentando a moralidade.

Atendo-nos ao desenvolvimento desses valores, têm-se que as interações sociais, para além dos aspectos internos, são essenciais para que eles se fundamentem, de modo que, quanto mais amplas as relações de troca, maiores serão as oportunidades de se desenvolverem o respeito, cooperação, empatia, senso de justiça, entre outros. Neste aspecto de interações, as escolas são consideradas ambientes oportunos para o encontro com a diversidade, sendo possível haver as trocas e confrontos com os valores incorporados no ambiente familiar. Sendo assim, diante da importância desta instituição, são necessárias atualizações quanto às abordagens no convívio, a valorização da diversidade, a reflexão sobre as proposições didáticas e afins.

De acordo com os objetivos pretendidos, optou-se pela realização de uma Revisão Sistemática de Literatura, utilizando de algumas etapas do protocolo PRISMA para garantir melhor nível de evidência científica. Para o processo de pesquisa, foram definidos seis descritores com base nos termos “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “inclusão”, “construção de valores morais”, “desenvolvimento de valores”,

“moralidade” e “educação em valores”. Os descritores foram então inseridos nas bases de dados da SciELO, BVS, Pepsic, BDTD e no buscador do Google acadêmico. Como resultado geral das buscas, foram obtidos 327 artigos, dos quais apenas sete fizeram parte da composição do trabalho. Vale ressaltar que os resultados ocorreram após diversas análises, envolvendo os critérios de inclusão e exclusão pré-determinados.

Em síntese, os artigos utilizados na revisão foram de suma importância para responderem à pergunta de pesquisa, deste modo, mesmo possuindo abordagens, fundamentações teóricas com composições variadas e metodologias de pesquisa distintas, os resultados foram os mesmos. Por meio da análise individual dos artigos, ficou evidente mediante uma unanimidade, que o preconceito apresenta-se como a maior barreira para a socialização, sendo uma preocupação durante o processo educativo. Constatou-se também a influência do convívio com a diversidade no desenvolvimento dos valores morais, sendo notória a mudança de atitude dos sujeitos na relação com seus colegas, auxiliando inclusive nas interações em outras fases da vida com outras pessoas. Do mesmo modo, pudemos constatar que a educação em valores possui grande relevância para auxiliar neste processo inclusivo, proporcionando ferramentas para uma educação integral que vai além da dimensão curricular, contribuindo de igual modo para o rompimento com estigmas e preconceitos de todos os tipos.

Levando em consideração os aspectos citados, conclui-se que crianças com deficiência quando inseridas no ensino regular, além de se beneficiarem destas relações, também despertam um novo olhar para as interações, auxiliando na formação moral dos demais alunos quando há envolvimento no processo de inclusão. Para tanto, exige-se da escola uma percepção diferenciada e uma educação voltada à diversidade, valores e direitos humanos, considerando a riqueza deste convívio para a formação de cidadãos mais justos, respeitosos, empáticos, amorosos, solidários e solícitos. Em pesquisas futuras, visando uma contribuição ainda mais significativa para a área, podem ser realizados estudos de casos buscando verificar se há realmente uma perda significativa no desenvolvimento dos valores quando não há a presença de diversidade ou diferenças significativas nas quais os alunos podem estar interagindo. Ao realizar esta comparação, podemos analisar ainda mais as influências do convívio na formação e aperfeiçoamento de valores, bem como na atenuação do preconceito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando das diferenças físicas, preconceitos e superação. *In*: AQUINO, J. G. (Rrg.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

ARAÚJO, U. F. PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (Org.). **Educação e valores**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007. (Coleção pontos e contrapontos).

BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 1, p. 101-111. 2004. DOI: 10.1590/S1413-294X2004000100012

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2023]. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. **História da Educação Especial**: em busca de um espaço na história da educação brasileira, p. 1-25, 1995. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO S/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO%20S/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

CARDOSO, C. M. **Fundamentos para uma Educação na Diversidade**. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/Redefor II/NEaD/Unesp, 2014. Texto 01 da disciplina 01 do Curso de Especialização em Educação Especial do Redefor Educação Especial e Inclusiva. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155243>. Acesso em: 13 nov. 2023.

COSTA, D. F.; COSTA, S. M. M.; TUCHINSKI, C. M. F.; MIGUEL, E. A.; OLIVEIRA, M. F. S.; WATHIER, J. C. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DAS MUDANÇAS DE PARADIGMAS. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 92, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-inclusiva-breve-contexto-historico-das-mudancas-de-paradigmas>. Acesso em: 04 out. 2023.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, Tailândia, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca, Espanha: ONU, 1994.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 ago. 2023.

GALVÃO, M. C. B. RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo escolar de 2020: resumo técnico** [recurso eletrônico]. Brasília: INEP, 29 de janeiro de 2021.

LA TAILLE, Y. J. J.-M. R. Construção da consciência moral. **Prima Facie Revista de Ética**, v. 2, p. 7-30, 2009.

LAMEIRA, L.; MONTEIRO, E. C.; ALMEIDA, M. B.; FERREIRA, M. F. A inclusão em uma escola da rede municipal de Campina Grande (PB): o que dizem as crianças?. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45961>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LEPRE, R. M. A educação moral na escola: revisões e alternativas a partir das contribuições da Psicologia. **Educação UFSM**, v. 44, 2019. DOI: 10.5902/1984644436436.

MARCHESE, D. M. DE A.. Descarte de recém-nascidos com deformidades: relendo fontes primárias. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 19, n. 3, p. 23-29, set. 2002.

MENESES, M. S. DE. A Educação Moral como fundamento da Educação Inclusiva. **REIN - Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 289-297, 25 dez. 2022.

MENIN, M. S. D. S. Valores na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 91-100, jan. 2002.

MONTEIRO, S. S. Diferenças, alteridade e construção de valores inclusivos. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 67, p. 87-103, 2019. DOI: 10.29286/rep.v28i67.7028 Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972019000100087&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2023.

OMODEI, J. D.; REIS, L. J. T. S. Educação inclusiva e bullying: a visão do outro. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 11, n. 2, p. 120-140, 2015. DOI: 10.5965/198431781122015120.

PAGE, M. J.; MCZENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; SHAMSEER, L.; TETZLAFF, J. M.; AKI, E. A.; BRENNAN, S. E.; CHOU, R.; GLANVILLE, J.; GRIMSHAW, J. M.; HRÖBJARTSSON, A.; LALU, M.

M.; LI, T.; LODER, E. W.; MAYO-WILSON, E.; MCDONALD, S.; MCGUINNESS, L. A.; STEWART, L. A.; THOMAS, J.; TRICCO, A. C.; WELCH, V. A.; WHITING, P.; MOHER, D. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. e112, 2022. DOI: 10.26633/RPSP.2022.112.

PIAGET, J. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. DOI: 10.1590/S1413-35552007000100013.

SANTOS, L. D.; AUGUSTA, M. C.; ANDRADE, C. A. C.; FORMIGA, C. N. D. A contribuição dos valores humanos na educação inclusiva. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UEPB/ CEMEP. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA13_ID1816_03082018171219.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

SEKKEL, M. C.; MATOS, L. P. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 1, p. 87–96, jan. 2014. DOI: 10.1590/S1413-85572014000100009.

SILVA, G. L.; SANTOS, J. D. B.; BATISTA, M. C. D.; SANTANA, T. L.; THOMPSON, D. R. Educação em valores: o ensino em valores nas séries do Fundamental I. **Revista Científica Espaço Acadêmico**, v. 7, p. 44-62, 2017. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/revista-espaco-academico-v06-n02-artigo-07.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SILVA NETO, A. D. O.; ÁVILA, É. G.; SALES, T. R. R.; AMORIN, S. S. NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81, 2018.

Vagas no Mercado de Trabalho para pessoas com deficiência aumentou no Brasil. **Agência gov.**, 2023. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/vagas-ocupadas-no-mercado-de-trabalho-por-pessoas-com-deficiencia-e-beneficiarios-reabilitados-no-brasil-aumentou>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F. (Orgs.). **A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios**. Vitória, ES: EDUFES, 2013. 366 p. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/76003d93-12d8-4dd3-b1dc-57932c11a5d3/content>. Acesso em: 13 nov. 2023.

VIEGAS, A. P. S. M. P.; ALVES, R. R. Cultura de paz e educação inclusiva: articulando saberes. *In*: MATOS, K. S. A. L. (Org.). **Cultura de paz, ética e espiritualidade IV**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2014. p. 129-140.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V**: Fundamentos de defectología. Madrid: A. Machado Libros. (Originalmente publicada em 1983).

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, p. 525-540, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2009000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2023.